

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS  
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO  
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

**Reunião n.º 14**

(Sem revisão final)

6 de fevereiro de 2019

(17 h 13 m – 18 h 59 m)

**Ordem do dia:**

Audição do Coronel de Material João Luís de Sousa Pires

**Presidente da Comissão:** Filipe Neto Brandão

**Deputados:**

Maria da Luz Rosinha (PS)

Leonel Costa (PSD)

João Vasconcelos (BE)

Álvaro Castelo Branco (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Fátima Ramos (PSD)

Berta Cabral (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião de hoje da Comissão de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos.

*Eram 17 horas e 13 minutos.*

Na ordem do dia de hoje temos a audição do Sr. Coronel de Material João Luís de Sousa Pires, a quem agradeço, desde já, a presença, em nome de todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Tive já oportunidade de referir ao Sr. Coronel os termos em que decorrerá esta audição, nomeadamente em relação às rondas e à metodologia das mesmas, e o Sr. Coronel informou que fará uma intervenção inicial curta, após o que se procederá à audição.

Sr. Coronel, renovando os nossos cumprimentos, tem a palavra.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires** (Comandante da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército de 1 de agosto de 2015 a 23 de setembro de 2016): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde, sou o Coronel Tirocinado de Material João Luís de Sousa Pires, promovido ao atual posto em março de 2014.

Entrei para a Academia Militar em setembro de 1983 e estou habilitado com o curso de Serviço Material de Engenharia, da Academia Militar, com licenciatura em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, mestrado em Engenharia Mecânica, em 2013-2014.

Ingressei no quadro permanente do Serviço de Material em setembro de 1988.

Ao longo da minha carreira prestei serviço em várias unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército e das Forças Armadas, dos quais

saliente: o Depósito Geral de Material de Guerra; o Estado-Maior do Exército; a Direção dos Serviços de Material; as Oficinas Gerais de Material de Engenharia, estabelecimento fabril onde exerci as funções de subdiretor entre setembro de 2005 e janeiro de 2010; posteriormente, na Inspeção do Comando da Logística, desempenhei as funções de Chefe do Gabinete de Qualidade e de Chefe da Equipa Técnica da Missão de Acompanhamento e Fiscalização do PANDUR (programa das viaturas blindadas de rodas), entre janeiro de 2010 e janeiro de 2013.

Novamente, nas Oficinas Gerais de Material de Engenharia, exerci as funções de diretor entre janeiro de 2013 e janeiro de 2015; seguiu-se o Depósito Geral de Material do Exército (DGM); posteriormente, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), onde desempenhei as funções de Diretor e Comandante entre janeiro de 2015 e setembro de 2016. Em acumulação, desempenhei ainda as funções de Presidente da Missão de Acompanhamento e Fiscalização do programa PANDUR entre outubro de 2013 e março de 2017.

Presentemente, sou Subdiretor da Direção de Material e Transportes do Comando da Logística, função que desempenho desde 30 de setembro de 2017.

Para efeitos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, tenho a referir que, por despacho de S. Ex.<sup>a</sup> General-Chefe do Estado-Maior do Exército, de 5 de janeiro de 2015, fui nomeado por escolha para desempenhar as funções de Diretor do Depósito Geral de Material do Exército, ficando igualmente na minha dependência hierárquica e administrativa-logística: o centro de manutenção do destacamento da Ajuda, as antigas Oficinas Gerais de Material de Engenharia; bem como as valências de manutenção do Centro Militar de Eletrónica, localizado no destacamento de Paço de Arcos.

Nesse âmbito, tomei posse do cargo no dia 21 de janeiro de 2015 e desempenhei as funções até dia 23 de setembro de 2016.

A Unidade de Apoio Geral de Material do Exército depende hierarquicamente da Direção de Material e Transportes, que, por sua vez, depende hierarquicamente do Comando da Logística, e tem como missão executar as funções logísticas, manutenção e reabastecimento, no âmbito do apoio geral e de base do material do Exército.

O quadro orgânico do Depósito Geral de Material do Exército e, posteriormente, da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, foi aprovado por despacho de 12 de janeiro de 2015, por S. Ex.<sup>a</sup> General-Chefe do Estado-Maior do Exército. Contudo, em conformidade com o citado despacho, a alteração da denominação de DGME para UAGME só seria efetivada com a publicação do decreto regulamentar do Exército que estabelece as atribuições, as competências e a estrutura orgânica das unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército; situação que sucedeu em agosto de 2015.

Os efetivos, à data da minha tomada de posse, estavam a 77% do efetivo global, com 25 oficiais, 45 sargentos, 87 praças e 71 civis.

Em 23 de setembro de 2016, passei o comando da Unidade ao Sr. Coronel de Material Manuel Duarte de Amorim Ribeiro e, neste momento, estou à vossa disposição para esclarecimentos no domínio do meu período de vigência na Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.

O Sr. **Presidente**: — Iniciar-se-á, então, um conjunto de questões a que o Sr. Coronel terá a amabilidade de responder.

Hoje começaremos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria da Luz Rosinha, a quem dou a palavra na esperança de só voltar a intervir para lhe chamar à atenção de terem entretanto decorrido os 8 minutos.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, espero que assim seja.

Muito boa tarde a todas e a todos.

Sr. Coronel Sousa Pires, tem hoje lugar a 10.<sup>a</sup> audição desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos.

Antes, ouvimos os responsáveis pelos militares que, no terreno, faziam a segurança em Tancos: dois comandantes do Regimento de Infantaria n.º 15, dois comandantes do Regimento de Paraquedistas, três do Regimento de Engenharia n.º 1 e, na semana passada, dois da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida.

Ouvimos também comandantes em funções antes, durante e depois do furto do material militar.

Com estas audições, chegámos a algumas conclusões: comandantes que nunca visitaram os Paióis; informação de que, de Tancos, apenas foi furtado material militar e não armas, como muito se disse na opinião pública; o material estava obsoleto desde, pelo menos, 2012 e que, apesar de poder comportar perigo, não punha em causa a segurança nacional.

Isto é, um pouco, a síntese daquilo que aconteceu nestas audições.

Também percebemos ao longo destas audições que, para além dos meios de segurança física em estado de degradação desde o início da década passada, havia militares que não cumpriam as normas e os procedimentos de segurança. Normas essas que, segundo consta, não estavam atualizadas nem eram as mais adequadas.

Esta é uma questão que queremos também esclarecer com o Sr. Coronel, uma vez que, como Comandante da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, em data antecedente à do furto, assinou várias dessas normas de execução permanente (NEP).

Estas foram algumas das razões pelas quais o Partido Socialista solicitou a sua presença nesta Comissão, pelo que gostaria de lhe colocar algumas questões.

Sr. Coronel, em 2012, todo o sistema de videovigilância acabou por ser considerado inoperacional e irreparável por inexistência de sobresselentes. Em 2013 foi considerado obsoleto, datando desse ano o levantamento de um novo sistema por parte da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.

As perguntas que lhe coloco são, desde já, duas: que seguimento foi dado a este levantamento? A quem foi dado conhecimento, a quem foi reportado, e que resposta obteve?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada teve oportunidade de ver, mas no meu relatório de posse de comando é referido precisamente esse aspeto relativamente aos sistemas de videovigilância e aos sistemas anti-intrusão.

Já no antecedente houve várias propostas para o escalão superior de reparação ou substituição desses sistemas, nomeadamente com recurso a crédito créditos especiais logísticos, que, quando me apresentei na Unidade a situação, se mantinha como estava no antecedente. Isso foi reportado, foi constatado no meu relatório de posse de comando.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Mas perguntei-lhe que resposta obteve. Ou não era suposto obter resposta?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, a situação estava levantada, foi reportada superiormente e enquanto estive na Unidade não havia, possivelmente, cabimento financeiro para fazer essa obra.

Mas, além dessas, houve outras situações durante o meu período de vigência na Unidade — e já vinha do antecedente, do anterior comandante, que tivessem cabimento dentro do nosso orçamento da Unidade, que não era muito grande — e fizemos algumas reparações. Não ao nível desses sistemas, porque esses valores ultrapassavam a nossa capacidade financeira, mas ao nível da melhoria das condições de habitabilidade da caserna, da substituição e melhoramento da iluminação periférica, da reparação dos pisos de entrada junto à zona das casernas, etc.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Tendo em consideração que os relatórios eram regulares, ou seja, que não havia só um relatório quando se tomava conta do Comando e outro quando se ia embora, devo deduzir que, regularmente e em cada um deles, eram sempre referidas as mesmas anomalias!?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não. Os relatórios elaborados pelo sargento da guarda e que eram também entregues na UAGME faziam sempre referência a essa situação. Portanto, essa situação era do conhecimento geral.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sem nenhuma solução, tendo em consideração que o orçamento não chegava para tal!?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, sem nenhuma solução... tanto não foi implementada a solução que eles continuaram até à data em que aconteceu o incidente. Os sistemas não funcionavam!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Tendo em consideração que, em 2012, como já referido e confirmado pelo Sr. Coronel, o estado do

sistema de videovigilância era deficiente, isto é, não respondia às necessidades e não cumpria a sua função, pergunto: por que razão é que, a 21 de janeiro de 2016, o Sr. Coronel assinou uma norma de execução permanente onde, no âmbito dos procedimentos e deveres do Sargento da Guarda aos Paióis — e percebemos agora que a figura do Sargento da Guarda era bastante importante naquele contexto —, é referido, e cito, que «após a apresentação deve o Sargento da Guarda aos Paióis levantar a cassete de vídeo do sistema eletrónico de vigilância que se encontra no gabinete do Delegado da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, inserindo-a no sistema de vídeo. No final do serviço, retira a cassete e faz a sua entrega no gabinete do Delegado da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército»?

Então, se o sistema de vídeo não funcionava, porque é que estava lá a meter e a tirar a cassete?!

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Relativamente à norma de execução permanente, isso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada refere é um anexo à norma que faz a identificação e controle de acessos aos Paióis de Tancos. É um anexo.

À data em que foi feita a revisão destas normas — não foi só desta, foi de todas as normas que existiam na Unidade de Apoio Geral de Material do Exército —, na sequência daquilo que referi na minha declaração inicial, isto é, de a partir de agosto de 2015 a Unidade ter deixado de ser Depósito Geral de Material do Exército e passado a ser UAGME, tivemos de visitar todos esses documentos e esta norma foi uma das que foi atualizada.

Como estávamos a aguardar para saber se o sistema iria ser substituído ou reparado, indicando mais para a sua substituição, entendeu-se que esses deveres se deveriam manter e que, no futuro, quando houvesse uma intervenção no sistema, seria substituído este anexo à norma, apenas.



Mas, quanto aos deveres do Sargento da Guarda não tem só isso, tem outros. Também fala no sistema anti-intrusão, que também estava avariado; também fala nas caixas, que também estavam nas redes. Portanto, isso não quer dizer que ele o executasse, tanto que nesse anexo diz que o «não cumprimento integral de qualquer dos pontos referidos deverá constar do relatório da guarda».

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Coronel, peço desculpa, mas, efetivamente. Não compreendo como é que se faz a revisão de uma norma sabendo de antemão que a norma não é possível de ser cumprida, porque não há condições para que isso aconteça.

Então, não deveria, nessa mesma NEP estar referido que aquelas normas estavam suspensas até que os equipamentos fossem reparados? É que isso era um sofisma. O Sr. Sargento até podia pôr e retirar todos os dias a cassete de vídeo mas ele próprio não compreenderia por que é que o tinha de fazer. Concorda ou não?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não. A norma, como disse, além de falar nessa questão da cassete e do sistema anti-intrusão, tem todos os outros deveres...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Exato, mas nestas alíneas!

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — ... que ele pode e tem de executar. Essa era apenas uma delas e ele menciona no seu relatório que não a executou e por que é que não a executou. Portanto, a norma continua válida.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Para o momento em que os equipamentos estejam em funcionamento, certo? Mas não naquele período em que estiveram desativados, porque estavam inoperacionais.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, desculpe, mas o sargento da guarda, se não executa aquele procedimento porque não o pode fazer, menciona por que é que não o executou.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Era isso que acontecia?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Era isso que acontecia.

Já agora, tenho aqui um exemplar de um relatório em que o sargento menciona precisamente isso. Isto foi no dia 15 de janeiro de 2015 e ele refere o seguinte: «Os paióis não têm nenhum sistema de videovigilância a funcionar que auxilie o serviço de guarnição efetuado pelos militares das respetivas unidades».

Portanto, ele não executou a tarefa e mencionou-o.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Aí não diz que ele não executou a tarefa, só diz que o sistema está avariado, que não funciona. É só o que diz.

Ele pode lá ter posto e tirado a cassetete, ou alguma das outras alíneas também, sem qualquer resultado final, certo?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Não quer comentar? É isso, não é verdade? É.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — A referida norma que o Sr. Coronel assinou e que o Sr. Sargento da Guarda deveria observar dizia que também devia verificar o estado das câmaras de vídeo — confirma o que o senhor acabou de dizer — e se elas se encontravam a funcionar corretamente. Não estavam. Toda a gente sabia que, na realidade, aquilo não funcionava, que nenhum sistema de videovigilância funcionava.

Portanto, havia aqui, de alguma forma, um desleixo claro em relação a uma norma de segurança que é importantíssima e que foi continuada de uma forma reiterada. As coisas foram acontecendo e, depois, num dia, aconteceu a razão pela qual nos encontramos hoje aqui, mas já podia ter acontecido em muitos momentos anteriores sem que se pudessem acionar os meios necessários para controlar tal situação. Certo?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, discordo e mantenho aquilo que referi do antecedente.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Era preciso ter uma norma. Atualizou-se uma norma independentemente de ela ter alguma hipótese de ser cumprida ou não.

Estas normas eram definidas pelo Sr. Coronel?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Estas normas são normas internas da unidade, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Mas o seu conteúdo era definido por quem?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, o conteúdo... Como a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem conhecimento, as unidades têm o seu Estado-Maior, em que, se vir no final da norma...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Era o Sr. Coronel que assinava a norma?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — É o chefe da SOIS (Secção de Operações, Informações e Segurança), não é?! Tenho aqui o chefe da SOIS, mas a responsabilidade é sempre do comandante.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Em todo o caso, calcula-se que, sendo este um dever a ser escrupulosamente cumprido pelos sargentos de guarda, tenha recebido centenas de reportes. Tem ideia do número de reportes que recebeu nos relatórios quanto à dificuldade no cumprimento das diversas alíneas da norma?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, os relatórios não falavam em dificuldade em cumprir a norma. O que os relatórios referiam era o facto de os sistemas não funcionarem. Portanto, não se referiam à norma em si.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Mais do que dificuldade era impossibilidade de cumprir a norma, diria eu.

O Sr. Coronel comandou a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército do dia 1 de agosto de 2015 a 23 de setembro de 2016. Confirma?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Consta que, em março de 2016, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército atualizou o plano de segurança mas sem alterações significativas perante o estado das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância. Constatou-se, assim, que os planos de segurança existentes, mesmo já atualizados, não terão tomado na devida consideração o estado da degradação das infraestruturas e os meios complementares de vigilância, que eram os equipamentos que acabámos de referir.

O Sr. Coronel pode explicar-nos por que razão não se teve em conta esses factos na atualização do referido plano de segurança?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — O plano de segurança não faz qualquer referência a esses meios. O plano de segurança é para ser acionado quando há uma alteração do estado de segurança e para haver reforço da secção que está a fazer a segurança ao respetivo paiol. Portanto, não há qualquer referência a esses meios de videovigilância, aos sistemas anti-intrusão, que são coisas diferentes. Esses meios constam de uma norma e o plano de segurança é para ser acionado apenas quando há alteração do estado de segurança.

O Sr. **Presidente**: — Tendo sido indicado exclusivamente pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de acordo com as regras acordadas com os diversos grupos parlamentares, segue-se agora o Grupo Parlamentar do PSD, pelo Sr. Deputado Leonel Costa, nos mesmos termos face aos da Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sr. Presidente, começo por, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, cumprimentar o Sr. Coronel.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria da Luz Rosinha diz que vai voltar ao assunto, mas, de facto, o PSD tem de voltar já a este assunto, porque também não estamos esclarecidos, e tendo nós a consciência de que o Sr. Coronel não estava no exercício do comando à data do furto e tendo verificado esta norma e a sua dificuldade ou impossibilidade de execução, também tínhamos preparado as nossas questões um bocadinho à volta desse tema.

Mas, antes disso, tenho de fazer um reparo ao que disse a minha colega Deputada Maria da Luz Rosinha, que mencionou que os sistemas de videovigilância não estavam operacionais desde 2012. Isso não é verdade, porque o que resulta do documento *Tancos 2017: Factos e Documentos*, entregue pelo Ministério da Defesa, da responsabilidade do anterior Ministro Azeredo Lopes, ao Parlamento, é que esses sistemas se encontravam avariados desde 2006. Em 2012 é que foram oficialmente considerados inoperacionais. Portanto, encontravam-se avariados desde 2006.

De facto, isso é que nos causa bastantes dúvidas e até alguma perplexidade. Nestas condições, tendo em conta estes relatos, quer de 2006, quer de 2012, de que os sistemas de videovigilância já não funcionavam, como é que se mantém nas normas de execução obrigações aos sargentos de guarda de trocar cassetes?!

A questão que ponho é se, de facto, estes sistemas de videovigilância estavam totalmente inoperacionais ou se funcionavam intermitentemente. Digo isto porque ouvimos algumas notícias nos órgãos de comunicação social em que os sistemas de videovigilância só deixaram mesmo de funcionar definitivamente nos dois anos anteriores ao furto.

Faço esta questão porque, de facto, custa-nos muito aceitar, não conseguimos perceber e não percebo pessoalmente as respostas que deu à minha colega do PS, por que é que estas normas se mantinham na NEP quando não era possível executá-las. Ainda por cima, o Sr. Coronel leu-nos o relato de um relatório de guarda de 15 de janeiro de 2015, portanto, anterior

a esta NEP, ou seja, já tinha conhecimento de um relatório de guarda em que dizia que era impossível cumprir, o que me parece mais uma razão para esta NEP ser atualizada.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Como referi, à data da atualização da NEP, o entendimento foi o de manter essa alínea e as outras duas nos deveres do sargento da guarda porque se aguardava a reparação dos sistemas. Como disse, a NEP tem o corpo da NEP e isto é um anexo. Quando esses sistemas fossem... Os sistemas dificilmente seriam reparados, porque estavam obsoletos, iriam ser substituídos por outros. Então, depois, corrigia-se apenas o anexo. No entanto, os deveres do sargento da guarda, como disse, não são só estes, tem todos os outros complementares.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Após a data dessa NEP, tem conhecimento de mais relatórios de guarda em que tenham manifestado o que manifestaram nesse relatório que leu há pouco, que era anterior à sua NEP? Posteriormente à sua NEP, tem conhecimento, uma vez que vem documentado, de mais relatórios de guarda em que se mencione essa impossibilidade de cumprimento daquilo que se pede que se cumpra?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Eles não dizem que é impossibilidade. Eles dizem que o sistema está avariado.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Portanto, não conseguem cumprir, é impossível cumprir.

Bem, já percebemos qual a sua posição, independentemente de a compreendermos ou até aceitarmos, mas, uma vez que está cá e não estava na data do furto, e porque a sua audição nos pode ajudar a compreender alguns factos para referência futura, gostaria que contextualizasse um

bocadinho qual a tarefa principal da sua unidade à data e como é que se processava a requisição de material.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Está a falar da requisição de material dos paióis?

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sim, dos paióis.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — As unidades apresentam as estimativas necessidades ao escalão superior. Quando é para efeitos de treino e exercício, ao Comando das Forças Terrestres, e quando é para efeitos de instrução, ao Comando do Pessoal. Os citados comandos apresentam essas quantidades de reabastecimento necessárias ao Comando da Logística. Na sequência, a Direção de Material e Transportes informa sobre as existências em consonância com as existências em depósitos, neste caso, nos paióis, a quantidade de MEAF (munições, explosivos e artifícios de fogo) existente em paiol, faz a harmonização e, posteriormente, o Comando da Logística, com base nessa informação, portanto, na informação das quantidades de reabastecimento necessárias, envia e atribui os créditos ao Comando das Forças Terrestres e ao Comando do Pessoal. Estes, por sua vez, atribuem os créditos às unidades e as unidades requisitam apenas as quantidades necessárias. Depois, a Direção de Material e Transportes emite a ordem de fornecimento tendo em conta as existências que as unidades têm nos seus paióis. E é feito assim.

Entretanto, a unidade há de ir levantar o lote de munições ao respetivo paiol. Tanto pode ser em Tancos como podia ser em Santa Margarida, em Alcochete, onde estivesse o tipo de MEAF que fosse fornecida.



O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Quantos operacionais estão adstritos à gestão dos materiais nos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — O chefe do destacamento, que era um sargento-chefe, e três funcionários civis.

Já agora, desculpe, na UAGME, esta equipa estava inserida na secção de paióis, que dependiam da UAGME e da estrutura do Centro de Reabastecimento da UAGME.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — De facto, também tinha verificado isso naquele documento do Ministério da Defesa que referi há pouco.

Consta também desse documento que eles se encontravam «em regime de permanência», e estou a citar «em regime de permanência».

O que é isto, «em regime de permanência»? Qual era o horário que faziam? Qual era o espaço físico que frequentavam? Por onde se deslocavam? A que tinham acesso?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Só o comandante do destacamento tinha acesso às chaves dos paióis do Exército, o sargento-chefe. Essa chave era guardada num cofre e só ele tinha acesso a essa chave.

Os três funcionários civis eram administrativos, trabalhavam na área administrativa. Havendo necessidade de se dirigirem aos paióis para colaborarem com o comandante do destacamento eram sempre acompanhados por ele.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Não percebi qual era o horário.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — O horário é o normal horário de funcionamento da UAGME à data, portanto, das 8h30 às 17h00,

mas se houvesse necessidade de fornecimento depois dessa hora também teriam de estar disponíveis.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Então, quando se diz aqui «em regime de permanência» não se fala a tempo inteiro de horário, certo? Está a referir-se a outro tipo de permanência e não a permanência...

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, eles estavam no recinto dos paióis...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Residiam na área...

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Exato, não estavam a trabalhar na Unidade UAGME mas estavam, sim, no destacamento de paióis.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Portanto, não estavam sempre presentes, ou seja, não havia lá uma presença desta Unidade 24 horas por dia.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, não, os funcionários civis e o sargento comandante de destacamento estavam no período normal de funcionamento. Depois dessa hora entrava a secção de segurança.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Uma vez que falou de chaves, qual era a condição das fechaduras das portas de acesso aos paióis?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — As portas de acesso tinham fechadura, com chave, e todas as portas dos paióis tinham selo para ser mais fácil verificar no caso de haver algum acionamento da porta.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Está a referir-me, não quanto a isso, mas quanto à condição das fechaduras, até que ponto é que a mesma era robusta o suficiente para não ser violada, conforme parece que aconteceu.

No fundo, a minha questão é a de saber se durante o seu período de comando se se verificava já alguma fragilidade destas fechaduras ou se, eventualmente, esse facto foi identificado.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, no meu período de comando não se verificou isso, nunca houve nenhum sinal de alguma anormalidade relativamente às fechaduras. Mas estamos aqui a falar de situações diferentes. Os paióis que estavam à responsabilidade da UAGME são os 15 paióis da UAGME. Os outros paióis, que são quatro mais um, os outros quatro pertenciam ao Regimento de Engenharia n.º 1 e o outro pertencia ao Regimento de Paraquedistas.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Como é que faziam com esses?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Esses paióis eram da responsabilidade... O meu sargento-chefe comandante de destacamento não tinha qualquer chave desses paióis.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Há pouco estava a dizer que o horário era até às 17h00 e que depois entrava a secção de segurança. A que se refere? Não entrava, certamente...

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, não, eles passavam a assumir a segurança das instalações.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Eles não passavam! Estavam lá 24 horas por dia!

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sim, eles estavam lá 24 horas, mas a partir do momento...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Fica só adstrita a eles, já percebi.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Ficava só adstrita a eles.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Havendo uma intrusão, como veio a acontecer, quem é o primeiro a detetá-la? E não digo «intrusão» porque, a partir do momento em que a porta está violada, quem faz essa segurança a que se estava a referir há pouco devem ser os primeiros a verificar. Mas há relatos de que esta intrusão se terá verificado na madrugada, mas só por volta das 16h30 é que terá sido detetada.

Tendo em conta que o horário era das 8h30 às 17h00, pelo que disse, ela não deveria ter sido detetada por esta Unidade?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sr. Deputado, não tenho informação para lhe responder relativamente a isso. Não tenho dados.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sim, mas o Sr. Coronel não estava no comando, à data. Mas, presumindo que estava, às 16h30 e antes, desde as 8h30, como disse, teria de estar presente um sargento e três civis. Portanto, eles teriam de ter detetado o furto antes das 16h30, conforme foi detetado.

Da vivência que teve, à data dos factos, poderá ajudar-nos quanto a isto? É uma pergunta que lhe faço.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Pois, mas essa situação não aconteceu, estamos a falar de um facto que não aconteceu! Isso foi posterior.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Mas estavam sempre presentes, sete dias por semana no horário que me referiu?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Os funcionários da UAGME estavam presentes, sim.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Pode explicar-nos como era feito o inventário? Era feito de forma física ou informática? E, se era feito de forma informática, depois havia alguma espécie de controlo físico, ou seja, com que periodicidade é que havia uma recontagem, uma confirmação do inventário.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Está a falar do inventário dos paióis da UAGME ou dos paióis do Regimento de Engenharia n.º 1?

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Dos dois.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sobre o do Regimento de Engenharia n.º 1 não posso pronunciar-me porque não sei, depende do comandante.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Então pode ser dos da UAGME, do que sabe, obviamente.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Dos da UAGME, o inventário era feito semestralmente, mas também se faziam inventários por amostragem e, na eventualidade de existir uma ocorrência, uma falha de uma contagem, esse paiol era todo inventariado.

Recebiam listas, porque as MEAF (munições, explosivos e artifícios de fogo) estão em sistema, e conferiam, faziam o respetivo inventário.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Como estou mesmo a terminar esta primeira intervenção, depois de aliviar um bocadinho a tensão, tenho de voltar novamente ao assunto inicial.

Reparei que não foi claro na sua resposta de há bocado quando lhe perguntei se havia a possibilidade de o serviço de videovigilância funcionar intermitentemente. Certamente estas cassetes — e se era cumprido isto ou não — devem estar arquivadas. Pode afirmar-nos, com certeza, se o sistema de videovigilância não funcionava mesmo ou se poderia funcionar intermitentemente ou só numa ou noutra zona.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Dos relatos que existem e da informação que existe na Unidade de Apoio Geral e de Material do Exército, o sistema começou a ter alguns problemas de funcionamento, como o Sr. Deputado disse, em 2006, 2007 e aí funcionaram com algum problema, não funcionavam corretamente.

A partir de determinado período — não sei precisar a data nem o ano —, pura e simplesmente, deixaram de funcionar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel, muito obrigado também Sr. Deputado Leonel Costa.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, queria cumprimentar o Sr. Coronel João Luís de Sousa Pires e, desde já, agradecer as respostas já dadas a esta Comissão.

Sr. Coronel, ia focar a questão dos inventários. O Sr. Coronel já referiu um aspeto relativamente ao inventário e o que lhe pergunto é como é que ele era feito. Havia algumas pessoas adstritas ao inventário, que tivessem essa função, ou variavam as pessoas?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — O inventário era feito por uma equipa da UAGME. Quando se procedia a esse inventário, à semelhança do que acontece com os armazéns da UAGME, não eram os elementos que trabalhavam diretamente no armazém, era uma equipa que pertencia ao Centro de Abastecimento que levava as listagens e, por amostragem, fazia a inventariação. Nos paióis processava-se da mesma maneira.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, esse armazém era o mesmo para todos os paióis que estavam sob a jurisdição das várias Unidades ou havia vários armazéns?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não. Em Tancos, estou a falar dos 15 paióis, salientando que um deles era paiol-oficina. Portanto, estamos a falar de 14 paióis. Estou a falar desses. Dos paióis pertencentes ao

Regimento de Engenharia n.º 1 e ao Regimento de Paraquedistas, desconheço qual era o seu processo de inventariação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Só lhe estava a fazer esta pergunta porque um documento de um processo de averiguações que nos chegou à mão, do anterior Chefe do Estado-Maior do Exército, refere que o inventário dos paióis do Regimento de Paraquedistas é reduzido e efetuado normalmente uma vez por ano e está exclusivamente entregue ao fiel de armazém. Portanto, pressupõe-se que existiam vários armazéns? Ou seria o mesmo armazém para essas Unidades?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Está a referir-se ao Regimento de Paraquedistas?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Exatamente.

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sobre isso o que posso comentar é que fiel de armazém não quer dizer que tenha mais do que um armazém. Para ser fiel de armazém basta ter um armazém, é fiel daquele armazém. Não sei se é esse o caso, porque...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, a Unidade do Sr. Comandante tinha também outro armazém, não é?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Nós, na UAGME, temos vários armazéns em Benavente e cada armazém desses tem um ou dois fiéis de armazém, consoante o caso. Estão adstritos àqueles armazéns.



O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel chegou a deslocar-se aos Paióis Nacionais de Tancos, fazia-o com alguma frequência, às vezes, ou nunca lá foi? Pelo menos um camarada seu disse que nunca se tinha lá deslocado, outros disseram que se deslocavam lá com frequência. Portanto, qual era a posição do Sr. Comandante relativamente a esta matéria?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Quando tomei posse da Unidade de Apoio Geral e Material do Exército, que, na altura, era Depósito Geral de Material do Exército, uma das prioridades foi essa, portanto desloquei-me a todos os destacamentos da minha Unidade. Isto na primeira semana que tomei posse.

Porquê? Porque temos de elaborar um relatório de posse de comando e aquilo que se relata tem de ser fiel àquilo que observamos. Ou seja, avaliamos o estado da arte da Unidade, com o apoio dos nossos colaboradores pertencentes ao Estado-Maior da Unidade e é com eles que nos deslocamos aos vários sítios conforme a área de responsabilidade de cada um.

Portanto, estive em Tancos e fui lá várias vezes, nomeadamente também quando estava a decorrer, quando tomei posse, a desmatação dos paióis, atividade que continuei durante 2015 e que se prolongou sensivelmente até abril, maio, e que já tinha sido iniciada pelo anterior comandante em 2014.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel pode descrever como eram efetuadas as rondas, isto é, se eram feitas com intervalos regulares, se o tempo de intervalo era de duas, três, quatro ou até 20 horas. Considera normal este tempo de intervalo?

Quantos homens compunham uma ronda? Eram sempre os mesmos ou variavam? De que forma eram feitas essas rondas: apeadas ou montadas?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sr. Deputado, isso era da responsabilidade das Unidades que estavam afetas à área da segurança e que faziam essa segurança ao paiol.

Relativamente a isso, não tenho dados concretos para lhe responder. Sei que eram oito: seis praças, um cabo e um sargento. É o que lhe posso responder relativamente a isso.

Mas a minha Unidade também tinha, também fazia rondas... Na minha Unidade, Benavente, tinha o pessoal de serviço, afeto à Unidade, que também tinha as suas rondas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Relativamente à sua Unidade, Sr. Coronel, portanto, eram oito homens que tinham por missão a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos de quatro em quatro meses, tendo em conta as quatro Unidades. Sabe, com certeza, quantos homens compunham cada ronda: eram os oito, seis, dois ou eram mais?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não, Sr. Deputado, aquilo que sei é os homens que eram colocados mensalmente em Tancos eram, porque estava definido superiormente, seis praças, um cabo e um sargento. Também sei que, além de fazerem a respetiva segurança, faziam também o controlo de acessos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E quem é que ordenava a realização das rondas?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Desculpe, Sr. Deputado, quem...?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quem ordenava a realização dessas rondas aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Eles deveriam receber indicações da sua Unidade, do oficial de dia, da SOIS (Secção de Operações, Informações e Segurança) da Unidade. Recebiam essa informação, mas não sou a pessoa mais indicada para responder a isso, porque essa informação era centralizada em cada uma dessas Unidades.

Mas o procedimento normal será o de receber as ordens da SOIS da Unidade, do oficial de dia. No *briefing* inicial, antes de começar o serviço, devem dar-se todas as indicações.

Depois, quando essa força está no destacamento, o comandante do destacamento dá a informação relativamente às Unidades que vão lá naquele dia, que entradas é que vai haver naquele dia, que é para o sargento da guarda também saber.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Havia relatórios no final de cada ronda. A quem eram dirigidos? O Sr. Coronel teve acesso a algum deles?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — A UAGME recebia. A SOIS recebia relatórios também do sargento da guarda. E esses relatórios do sargento da guarda eram também enviados para a SOIS do Regimento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Nesses relatórios, alguma vez, o Sr. Coronel leu ou viu plasmado que os Paióis Nacionais de Tancos tinham uma alta sensibilidade militar e que padeciam de vários constrangimentos, de várias lacunas, deficiências, nomeadamente a questão dos sensores, da videovigilância, da rede periférica? Alguma vez isso foi mencionado nesses relatórios?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sim, essas situações estão mencionadas em relatórios.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, voltando à questão dessas lacunas e deficiências, quando o Sr. Coronel tomou conta da Unidade e, naturalmente, também da segurança, não obstante de ser de quatro em quatro meses, aos Paióis Nacionais de Tancos, em agosto de 2015 e até setembro de 2016, sabia que existiam todas aquelas lacunas e deficiências, desde os sensores à videovigilância obsoleta desde 2000, 2005, 2006, agravada em 2012, 2013, tendo sido então considerada irreparável. Sabia que não havia sobressalentes, que havia para-raios que não funcionavam, que as comunicações eram muito difíceis, porque não havia rede fixa de comunicações.

O Sr. Coronel sabia que tudo isso existia?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sabia. Relativamente aos para-raios, e já que o Sr. Deputado falou deles, eles foram substituídos precisamente em 2016, quer os para-raios de Tancos, quer os para-raios de Santa Margarida.

Os para-raios de Santa Margarida foram reparados, foi-lhes criada uma terra forte e os para-raios do campo de tiro de Tancos foram integralmente substituídos em 2016. E essa obra estava dentro, tinha cabimento no nosso orçamento e por isso é que foi executada.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também sabia que em 2007 tinha havido uma reestruturação por parte do Comando das Forças Terrestres relativamente à redução do pessoal militar em termos de vigilância aos Paióis Nacionais de Tancos, passando de 44 para 8 homens?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Também tenho conhecimento disso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera, Sr. Coronel, que o facto de haver um número diminuto de homens, à partida, a fazer a segurança e de a videovigilância estar inoperacional e de existirem todas aquelas lacunas e deficiências, tudo isso terá potenciado o roubo, o assalto aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sr. Deputado, sobre isso não tenho dados para responder concretamente à sua questão.

O que lhe posso dizer é que todos os meios são sempre úteis e são sempre adicionais para evitar que qualquer ocorrência aconteça. Quanto mais meios implementarmos, mais reduzimos a possibilidade de qualquer situação ocorrer.

Mas, relativamente aos 40 militares, também não estariam todos a fazer segurança ao mesmo tempo. Esses 40 seriam escalonados por secções...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — 44!

Sr. Coronel, há vários relatórios, vários ofícios, do Chefe do Estado-Maior da Brigada de Reação Rápida para o Comando das Forças Terrestres e outros, onde são mencionadas todas essas lacunas, todas essas deficiências, designadamente a vedação degradada, os sistemas de videovigilância que não funcionam, a vegetação excessiva no interior do perímetro do paiol em 2015, depois, novamente, em 2016. Em 2017, que é quando há o furto, qual é a explicação que temos para que as entidades não tivessem tomado as diligências que se esperariam tendo em conta a elevada sensibilidade militar

dos paióis de Tancos e que há reportes relativamente a esta matéria, mas que não houve atuação? Que explicação poderá ter o Sr. Coronel relativamente a esta matéria?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sr. Deputado, não tenho dados para lhe responder a isso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Já vi que o Sr. Coronel também não quer responder.

Relativamente ao material que foi furtado, o Sr. Coronel sabe, conhece, já que isso também veio na comunicação social. Pode descrever qual é o grau de letalidade, de perigosidade desse mesmo material? Efetivamente havia, entre todo esse material, algum considerado obsoleto? Qual seria?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sr. Deputado, para responder concretamente à sua questão, que é de grau de dificuldade elevado, tinha de ter os dados todos e, neste momento, não disponho desses dados para o fazer.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mas, enfim, considera que granadas anticarro, lâminas de corte, granadas ofensivas tinham um grau de perigosidade bastante elevado, com certeza. Pelo menos, daquilo que veio a público...

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — O que lhe posso dizer é que essas granadas de que falou, sim, têm um grau de perigosidade elevado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Outra questão, relativamente aos acontecimentos, ao furto do material: considera que o Exército foi atingido na sua credibilidade? Se alguma coisa falhou, o que é que terá falhado, afinal?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Sr. Deputado, isto são situações que não devem acontecer e aconteceram. Portanto, há sempre aqui uma imagem que fica afetada.

Mas porque é que aconteceu? Isso é estarmos aqui a adivinhar uma situação... Aconteceu. Não devia ter acontecido, mas o que é certo é que aconteceu.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Para terminar, no âmbito dos acontecimentos, tivemos também a exoneração dos comandantes das Unidades e, depois, a sua renomeação, passados uns dias.

Sr. Coronel sentiu, chegaram-lhe mensagens de desconforto, de mal-estar, de descontentamento no seio do Exército, das Forças Armadas pelo facto de terem sido exonerados os comandantes das Unidades? Sentiu isso? Teve manifestações de desagrado?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Não. No período em que isso aconteceu estava em curso.

É sempre desagradável uma pessoa ser exonerada de uma função, mas essa é uma prerrogativa do Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército. Foi uma decisão. À altura, achou que era a mais adequada e tomou-a.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tenho agora alguma dificuldade em identificar o Sr. Deputado do CDS-PP para intervir.

*Pausa.*

Não está.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, foi-me pedido para falar na vez do Sr. Deputado do CDS-PP, mas tenho uma dificuldade que é a de não ter perguntas a fazer. Prescindo, assim, da ronda, já que os Srs. Deputados que me antecederam foram muito eficazes nas perguntas e esgotaram os temas em absoluto. Não se trata de uma desconsideração em relação ao Sr. Coronel a quem peço, desde já, desculpas, mas sinto-me esclarecido.

Percebo que o Sr. Coronel está limitado na informação que pode transmitir e, portanto, não tenho nada a acrescentar, Sr. Presidente. Da minha parte, dispenso esta e as seguintes rondas.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, damos início à segunda ronda que se iniciará pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Ramos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É melhor esclarecer o Sr. Coronel de como se processa.

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, no início perguntei ao Sr. Coronel se estava familiarizado com o funcionamento das rondas, mas agradeço, de qualquer maneira, a observação do Sr. Deputado Ascenso Simões.

Nesta ronda, haverá 5 minutos para cada grupo parlamentar fazer as suas perguntas e o Sr. Coronel responderá apenas no fim.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Ramos.



A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Coronel, começo por cumprimentá-lo e por lhe agradecer, desde já, os esclarecimentos que aqui nos deu.

O PSD agradece, de forma reconhecida, todo o trabalho que tem sido desenvolvido pelas Forças Armadas, assim como o seu importante papel quer para a democracia portuguesa, quer na forma honrosa como nos representa nas importantes missões no estrangeiro. Agradecemos o trabalho que é diariamente feito pelos homens e pelas mulheres para que os portugueses se sintam seguros.

Mas é um facto que existiram episódios que não foram agradáveis e que podemos considerar graves. Os portugueses sentiram que o facto de uma das principais instituições que os protege e pela qual têm a maior admiração poder ter sido roubada é uma situação, de facto, grave e preocupante.

Sr. Coronel, o PSD tem um interesse fundamental nestas audições. Por um lado pretende contribuir para o prestígio das Forças Armadas, para que ele seja repostado, e, por outro lado, quer, de acordo com o próprio objeto da Comissão de Inquérito, identificar responsabilidades políticas em todo o processo, seja em tudo o que foi feito, seja em tudo o que falhou e não foi feito.

Para nós o que é verdadeiramente importante é saber até que ponto é que o poder político não assumiu as suas responsabilidades.

O que nos preocupa saber é até que ponto é que o Estado falhou e o que podemos fazer no futuro para melhorar o sistema, de forma a que situações semelhantes não voltem a acontecer.

Por isso, temos algumas perguntas.

Sabemos que uma das funções primordiais do Estado é assegurar a segurança das pessoas. Sabemos que o Sr. Coronel, embora não estando a exercer funções, é uma pessoa largamente experiente nesta matéria e com um elevado conhecimento, quer ao nível das Forças Armadas quer, pela

própria formação teórica que tem, nomeadamente, ao nível da engenharia mecânica.

Eu sou Deputada, sou mãe, não percebo muito da perigosidade deste tipo de material, mas, como eu, existem muitas mulheres e muitos homens, em Portugal, que não têm esse conhecimento. Há um bocadinho, já foi colocada por um Colega meu a questão da perigosidade do material e, por isso, gostaria que o senhor nos esclarecesse melhor.

Atendendo, nomeadamente, ao material que não foi entregue — as cinco granadas, as cargas de explosivos —, se ele foi roubado, supostamente, foi com o objetivo de ser usado. Portanto, quais são as utilizações que este material pode ter? Isto é, vamos supor que este material ia ter às mãos de um terrorista. Ele poderia ser usado, por exemplo, numa estação de metro ou noutra local? E quais seriam as consequências?

Ainda muito recentemente, na Alemanha, foram descobertos materiais da II Guerra Mundial e aquela parte da cidade foi isolada. Portanto, gostava que o senhor nos esclarecesse melhor todo esse processo e as implicações que pode ter esse mesmo material.

Depois, visitámos as instalações e, entre o local onde supostamente entrou quem tirou o material e o local onde está o paiol, existem cerca de 500 m. Isto é, não acha estranho que tenha sido por ali a entrada para esse mesmo paiol?

Por outro lado, gostava que o senhor nos explicasse uma outra questão. Como é que explica que tenha aparecido material que não tenha sido identificado como desaparecido? É uma situação estranha! Isto significa, então, que o inventário não estava bem feito?

**A Sr.<sup>a</sup> Maria da Luz Rosinha (PS): — Exatamente!**

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Coloco-lhe ainda uma outra questão. Supostamente, uma parte do material apareceu em 18 de outubro de 2017, o que não deixa de ser estranho, porque, dois dias antes deste aparecimento, tivemos os grandes incêndios de outubro. Não será que quem tinha este material, ao ver todas aquelas casas que arderam nos incêndios de outubro, ganhou medo? Ou seja, não será que o facto de os incêndios terem ocorrido contribuiu, de algum modo, para que este material tenha aparecido nesta data? Já agora, gostava de ter a sua opinião.

Volto a dizer, Sr. Coronel, que estamos aqui para contribuir para o restauro do prestígio das Forças Armadas, que são uma instituição basilar do nosso País e da nossa democracia. Queremos contribuir para que as Forças Armadas tenham os meios necessários para cumprir de forma correta a sua missão, que é a de contribuir para que as pessoas se sintam seguras, em Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria da Luz Rosinha, nos mesmos termos.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, nesta segunda ronda, queria prestar um esclarecimento. É pena que não esteja cá o Sr. Deputado Leonel Costa, do PSD, porque ele não ouviu com muita atenção aquilo que eu disse.

O que eu disse foi que o material estava obsoleto desde, pelo menos, 2012. Isto consta do relatório, onde se pode ler: «(...) em 2012, todo o sistema de videovigilância acabou por ser considerado inoperacional e irreparável, por inexistência de sobressalentes, e, em 2013, foi classificado como obsoleto, datando desse ano o levantamento da necessidade de um

novo sistema, por parte da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.»  
É isto que consta do relatório.

Portanto, isto não é nenhuma pergunta, é só uma precisão em relação a uma questão que foi levantada anteriormente.

Falou-se sobre a questão do inventário e, na realidade, como acabou de ser referido pela Sr.<sup>a</sup> Deputada do PSD, o furto, juntamente com tudo o que à volta dele se disse, trouxe também à tona a existência de problemas no inventário do material dos paióis.

Há pouco, o Sr. Coronel referiu que alguma parte desse trabalho era feita por amostragem. Pode explicar melhor como é que isto se faz por amostragem? É que percebemos bem os riscos que se correm, quando contamos o número de caixas, abrimos uma, estão lá  $x$  peças,  $x$  armas ou  $x$  munições, por exemplo, e multiplicamos pelas outras — penso que é igual em todo o lado, numa conferência de inventário por amostragem —, porque, depois, pode haver inúmeras caixas vazias. Isto não corresponde, realmente, a um inventário rigoroso, como um material deste tipo impõe.

Depois, a Inspeção-Geral do Exército refere que o plano de segurança era inadequado, uma vez que não foi atualizado considerando a degradação das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância. Há pouco, o Sr. Coronel precisou a diferença entre uns e outros, ou seja, entre a questão dos equipamentos e a questão da segurança. Mas a verdade é que uns complementavam os outros, eram meios complementares de segurança e, efetivamente, não funcionavam, motivo pelo qual essa segurança estava, desde logo, afetada negativamente.

Considerando esta questão, a evolução ocorrida com a criminalidade, a nível nacional e internacional, poderia ter algum incremento devido a acontecimentos como este. Isto é referido no relatório da Inspeção-Geral do Exército. Revê-se nesta conclusão? Tem algum pensamento sobre ela? Efetivamente, o material que foi furtado poderia pôr em causa a segurança

nacional? Uma má utilização poderia trazer riscos ao nosso País ou ao sítio onde fosse utilizado?

Então, diria que se conclui que a missão de segurança atribuída não era adequada ao armamento, às munições e aos explosivos existentes nos Paióis Nacionais de Tancos. Havia consciência disso, quando assinou a norma de execução permanente?

Os Paióis Nacionais de Tancos dependem da UAGME, unidade subordinada ao Comando da Logística. Ora, esta Unidade é responsável pela segurança dos Paióis, competindo-lhe a elaboração do respetivo plano de segurança. A Brigada de Reação Rápida coordena a execução dessa segurança e as restantes quatro unidades, de que já ouvimos falar muitas vezes, fornecem as forças necessárias, que executam essa mesma segurança, decorrente desse plano a montante.

Muitas vezes, aquilo que vem a público não é suficientemente claro e, desde logo, podemos não saber — o público em geral, e nós em particular — o que é o princípio da unidade de comando. Pode explicar-nos exatamente o que é que isto significa, em termos concretos?

Com a UAGME dependente do Comando da Logística e, por hierarquia, também do Comando das Forças Terrestres, e tendo em conta que o planeamento da segurança, coordenação, execução e controlo também não dependem de uma só unidade, o que é que pensa desse tipo de organização e gestão da unidade específica? Como é que se pode ter um inventário sério e rigoroso, bem como atualizado, quando a responsabilidade pela sua gestão está repartida por várias unidades, desde logo?

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco, dispondo de 5 minutos.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo, obviamente, por cumprimentar o Sr. Cor. João Luís de Sousa Pires e agradecer a sua presença aqui, na Comissão.

Sr. Coronel, vou deixar-lhe algumas questões. Começava por uma que tem a ver com as intervenções que já aqui fez sobre a questão dos para-raios e a sua operacionalidade.

O Sr. Coronel referiu que eles foram reparados em 2016, mas, no documento do Chefe do Estado-Maior do Exército ao qual tivemos acesso, *Contributos para a Compreensão da Gestão, Manutenção e Segurança dos Paióis Nacionais de Tancos face aos Incidentes de 28 de Junho de 2017*, na página 136, pode ler-se: «Existem para-raios que não estão operacionais, sendo necessária a sua substituição.»

Portanto, perguntava-lhe se, efetivamente, estavam todos reparados e este documento não averiguou bem ou se ainda não estavam todos reparados.

Outra questão que lhe queria deixar tem a ver com o relatório que foi apresentado pelo Governo, *Tancos 2017: Factos e Documentos*, que vou citar: «Em março de 2016, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército atualizou o plano de segurança, mas sem alterações significativas perante o estado das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância. Constata-se assim que os planos de segurança existentes, mesmo já atualizados, não terão tomado na devida consideração o estado de degradação das infraestruturas e os meios complementares de vigilância.»

A questão que lhe queria deixar relativamente a isto é a de saber por que razão o Sr. Coronel, na qualidade de Comandante da UAGME, não refletiu as alterações das circunstâncias de segurança no plano de segurança atualizado, em janeiro de 2016, e também que deficiências e insuficiências lhe foram transmitidas, ao longo do período em que exerceu as funções de Comandante da UAGME.

Por outro lado, sabendo que o plano de segurança foi concebido, como já foi dito pelo Sr. Coronel, para um sargento, um cabo e seis soldados, num quadro de videovigilância operacional, pergunto-lhe: a partir do momento em que o sistema de videovigilância é dado como inoperacional e irreparável, por que motivo não foi adaptado o plano de segurança a essa circunstância?

Além disso, a partir do momento em que é assumida a incapacidade da UAGME de garantir a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos e é pedido às unidades daquela zona que assegurem a missão de segurança aos Paióis, não considera o Sr. Coronel que a UAGME deveria ter sido mais ponderada, exigente e rigorosa na salvaguarda das condições físicas dos Paióis Nacionais de Tancos?

Outra questão tem a ver com o estado dos Paióis Nacionais de Tancos. No documento que ainda agora referi, de 8 de fevereiro de 2018, o Chefe do Estado-Maior do Exército descreve o seu estado da seguinte maneira: «As portas não tinham os requisitos de segurança exigidos; As fechaduras não tinham os requisitos de segurança exigidos; A rede de segurança periférica encontrava-se degradada em alguns pontos, tendo sido substituídos 980 m já em 2017, faltando substituir cerca de 1900 m, como antes referido (...) O pavimento no exterior está em mau estado de conservação;...» — e ainda, voltando à questão de há pouco — «(...) Os para-raios não estão operacionais, sendo necessária a sua substituição.» A estes elementos soma-se a necessidade de desmatação do perímetro dos Paióis Nacionais de Tancos, não pelo perigo de incêndio, mas pelos efeitos negativos sobre a visibilidade.

Permita-me que recupere uma declaração proferida pelo ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, quando disse que havia um problema estrutural de supervisão e, face ao estado das condições físicas dos Paióis Nacionais de Tancos, perguntou: «Então e sobre as unidades? Ninguém diz nada?»

Aproveitava a sua presença aqui para lhe perguntar precisamente se comunicou superiormente todas estas deficiências, na altura em que desempenhou as funções de Comandante da UAGME, e, se assim o fez, a quem é que as comunicou.

Outra questão tem a ver com o facto de o Cor. Manuel Esperança, ex-Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15, no período em que V. Ex.<sup>a</sup> também exerceu funções, ter afirmado que não lhe cabia a si — ao Cor. Manuel Esperança —, na qualidade de Comandante do Regimento de Infantaria, comentar as condições da vedação, se seria possível repará-la e se havia ou não verbas para isso, tendo dito que essa pergunta teria de ser feita à unidade responsável, a qual seria, então, deduzo, a UAGME.

Perante os relatos que lhe iam chegando das quatro unidades a quem cumpria assegurar a missão de segurança, pergunto-lhe que autonomia tinha a UAGME para atender a cada uma das deficiências que lhe eram comunicadas.

Dado que o tempo vai escasseando, deixo-lhe uma questão final. Se a missão de segurança é assegurada por quatro unidades, se os paióis também estão divididos, mas a responsabilidade das instalações é da UAGME, pedia que nos ajudasse a compreender de quem é, afinal, a responsabilidade daquilo que corre mal.

O Sr. **Presidente**: — Presumo que, não tendo intervindo na primeira ronda, o Sr. Deputado Jorge Machado também prescinda da segunda.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, seria possível juntar as segunda e terceira rondas?

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Se o Sr. Coronel não se importar...



O Sr. **Presidente**: — O Sr. Coronel ainda estará em condições de acomodar mais duas perguntas ou fazemos terceira ronda?

O Sr. Cor. Mat. **João Luís de Sousa Pires**: — Posso acomodar, Sr. Presidente.

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Fazemos, então, a terceira ronda.  
Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Coronel, saúdo a sua presença nesta Comissão e agradeço as explicações que já nos deu, embora com as limitações que temos visto pelo facto de não estar em exercício de funções na altura e também por não ter conhecimento de alguns factos.

De qualquer maneira, queria deixar aqui mais algumas questões relativamente àquilo que já disse. A primeira é a seguinte: os seus homens, que estavam nos Paióis Nacionais de Tancos — um sargento e três civis —, eram sempre os mesmos, uma vez que faziam o horário normal de funcionalismo público, ou havia vários funcionários e vários sargentos a fazer esse trabalho? Se assim era, havia várias pessoas que tinham conhecimento do inventário e do que estava dentro dos paióis. Esta é uma pergunta que considero importante para saber quem tinha conhecimento do que existia dentro dos paióis.

Uma outra questão que queria deixar-lhe é sobre o facto de terem sido assaltados os paióis do Regimento de Engenharia e não os paióis que estavam à guarda da UAGME. Tem algum comentário a fazer sobre esta questão?

A outra questão que queria deixar é no sentido de saber se considera que a transferência do material dos Paióis Nacionais de Tancos para os paióis

de Santa Margarida, Marco do Grilo e Alcochete foi uma decisão técnica ou foi uma decisão política.

O Sr. **Presidente**: — A última questão será colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria da Luz Rosinha, que dispõe dos mesmos tempos.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Para terminar mesmo, gostaria de levantar somente mais uma questão que tem que ver com o seguinte: já falámos da questão do inventário, falámos de dificuldades das quais, efetivamente, tinha conhecimento durante o tempo que esteve em funções, que eram vertidas para relatórios, mas que, no entanto, não tinham, por dificuldades financeiras, uma resposta cabal que permitisse evitar situações como a que aconteceu.

Vou fazer-lhe duas perguntas. A primeira é a seguinte: considera que o furto poderia ter sido evitado, desde que tivessem sido tomadas atitudes mais persuasivas, no sentido de alertar superiormente para os riscos que se corriam pela ausência de meios, desde logo de vigilância complementar?

A outra questão tem a ver com o seguinte: a gestão das cargas e o armazenamento dos paióis onde ocorreram os arrombamentos era da responsabilidade do Regimento de Engenharia n.º 1, certo?

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — Certo!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — No entanto, sabemos que a UAGME era a entidade responsável pela gestão dos materiais e pela carga dos paióis. Portanto, tínhamos aqui duas situações de responsabilidade que estavam distribuídas. Acha coerente que a UAGME tenha essa responsabilidade, mas que depois existam paióis e paiolins cuja gestão de

cargas e armazenamento poderia propiciar uma colisão das responsabilidades de natureza operacional entre as duas entidades?

O Sr. **Presidente**: — Era a última questão, porque havia sido sinalizado que não seriam colocadas outras perguntas. Obviamente, daí não ter dado a palavra aos demais grupos parlamentares.

Sr. Coronel, terá, então, a amabilidade de, nesta miríade de questões colocadas...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Miríade, Sr. Presidente!?! Miríade!?!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Miríade são estrelas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Coronel.

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada do PSD, relativamente às suas questões, sobre a perigosidade do material e se pode ser usado e quais as respectivas consequências, todo o material — granadas, explosivos — é sempre perigoso. Todos eles têm uma carga explosiva considerável e provocam as respectivas consequências quando são mal empregues, fora do âmbito em que deveriam ser empregues. Em termos de perigosidade, há sempre perigosidade.

Relativamente à questão de ser ou não estranho terem entrado naqueles dois paióis junto à rede...

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Supostamente, a entrada deu-se a cerca de 500 metros do paiol, quando a mesma vedação passava junto ao paiol, a cerca de 50 metros! Ou seja, como é que alguém — se entrou — entrou a 500 metros e não entrou ali juntinho ao paiol?

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — Pois, Sr.<sup>a</sup> Deputada, relativamente a isso não tenho dados para poder responder a essa questão.

Que tenha aparecido material que não fazia parte da lista, também não tenho explicação para isso, porque não tenho dados para responder.

Será que a situação, pelo facto de ter aparecido, veio na sequência dos incêndios? Julgo que, também, não consigo tirar essas conclusões, não consigo ligar uma situação à outra.

Não sei se respondi a todas as perguntas.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Responder, não respondeu!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Foi o possível.

*Vozes inaudíveis.*

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — Problemas no inventário dos paióis?

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sim.

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — Como se processa o inventário?

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Por amostragem.

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — Portanto, nos inventários por amostragem, é tirada uma lista que é entregue às pessoas que vão fazer o inventário. As pessoas fazem o inventário de acordo com os

artigos que vêm na respetiva lista. Vão inventariar o paiol discriminado e conferem os cunhetes que têm o respetivo lote e as quantidades — é isso que vão conferir, porque os cunhetes estão fechados.

Havendo uma anomalia, por exemplo, numa situação de uma caixa de granadas, se derem por falta de uma granada ou de outra coisa qualquer, o que nunca aconteceu... Estou a falar nos paióis da UAGME. No período, nunca houve nenhum caso de inconformidade, em termos da lista da carga dada à pessoa que ia fazer o inventário, nunca houve uma ocorrência. Se, por acaso, existisse uma ocorrência, as indicações que tinham era para inventariar o paiol todo.

Relativamente ao plano de segurança ser inadequado...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — É o que está no relatório.

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — ... em meios complementares de segurança. Como disse previamente, existe a norma de execução permanente e existe o plano de segurança.

O plano de segurança, como os Srs. Deputados sabem, é um documento confidencial — não o tenho aqui comigo —, mas não faz qualquer referência aos equipamentos, nem à videovigilância, nem aos sistemas de anti-intrusão. Portanto, o plano de segurança é acionado quando há necessidade ou quando há uma ocorrência significativa, para reforçar a força que está a fazer a segurança ao paiol.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Então, não é de segurança.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Segurança é uma coisa continuada!

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — O plano de segurança é acionado para reforçar a força de segurança que lá está, consoante os níveis de segurança.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — E a NEP?

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — A NEP é onde estão os deveres e os controlos de acessos dos militares que fazem a segurança, ou seja, os procedimentos.

Relativamente à questão do princípio da unidade de comando, há uma ordem que é dada por uma determinada entidade e toda a estrutura alinha de acordo com essa ordem que é dada. Portanto, os militares têm uma hierarquia. É dada uma ordem, neste caso, a EPR (Entidade Primária Responsável) era a Brigada de Ação Rápida, que coordenava a atividade de segurança relativamente às quatro Unidades. As ordens e as diretivas eram emanadas pela Brigada de Ação Rápida e todos os comandantes das Unidades executavam em conformidade.

Relativamente, novamente, à questão do inventário e ao facto de a responsabilidade estar repartida por diferentes Unidades, quem tinha a responsabilidade do inventário dos paióis do Regimento de Engenharia n.º 1 era a Unidade do Regimento de Engenharia n.º 1.

Portanto, a UAGME não tem nada a ver com os paióis da Engenharia 1, em termos de inventário, porque as munições que existiam nesses paióis eram da responsabilidade da Unidade, já que tinham sido fornecidas àquela Unidade. Já tinham saído da carga da gestão do Comando da Logística e passaram para a carga da Unidade. A partir desse momento, a responsabilidade de gestão e de inventariação passa a ser da Unidade que tem essa carga, ou seja, que tem esse imobilizado.

Não sei se respondi à sua questão. Não há aqui responsabilidade repartida, a responsabilidade é daquela Unidade, a UAGME tem a responsabilidade do material que está nos seus paióis, neste caso, nos 14 paióis.

Sr. Deputado do CDS, podia recordar a primeira questão que colocou?

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — A primeira questão tinha que ver com os para-raios.

O Sr. Cor. Mat. **José Luís de Sousa Pires**: — Já sei, sobre os para-raios.

*Pausa.*

Estou só à procura da data precisa.

*Pausa.*

Sr. Deputado, o processo de levantamento da questão dos para-raios começou com uma nota da Direção de Infraestruturas, na qual se fizeram as medições dos para-raios de Santa Margarida e de Tancos.

Na sequência dessas medições, foram apresentadas várias anomalias relativamente a essas medidas de terra. No seguimento, a UAGME — estamos em novembro de 2015 — informou, e pediu autorização à entidade tecnicamente responsável pelos para-raios, que é a Direção de Infraestruturas, que tinha, no seu orçamento, cabimento financeiro para poder proceder à substituição dos respetivos para-raios e que tinha feito uma consulta técnica ao mercado e tinha propostas de substituição dos para-raios.

A Direção de Infraestruturas informou, a 10 de dezembro de 2015, que «a solução técnica apresentada cumpre o descrito na norma portuguesa europeia de proteção contra raio mediante para-raios com dispositivo de ionização não radioativo» e que, «após o término dos trabalhos, e quando das medições finais, deve ser solicitada a presença de uma equipa da DIE» — que é a Direção de Infraestruturas — «para a observação e validação dos resultados».

Na sequência, para implementarmos os para-raios nos paióis de Tancos foi solicitado o levantamento topográfico da zona para sabermos concretamente o local para onde eles iam ficar, devido a abrangência da área que os para-raios protegiam. Isso foi em 5 de janeiro de 2016.

Fizeram o levantamento topográfico e, durante o ano de 2016, os para-raios foram instalados em Tancos.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco**: — Então o documento do Chefe do Estado-Maior do Exército está errado?

O Sr. Cor. Mat. **José de Luís Sousa Pires**: — Não sei, não comento essa observação, Sr. Deputado.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco**: — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se quiser uma quarta ronda não lha posso conceder.

O Sr. Cor. Mat. **José de Luís Sousa Pires**: — Relativamente às deficiências e se foram reportadas superiormente, todas as deficiências eram do conhecimento superior. Os escalões imediatamente a seguir ao meu são a



Direção de Material de Transportes e o Comando da Logística. Elas começaram a ser reportadas no meu relatório de posse de comando e, posteriormente, as Direções tinham sido informadas.

Relativamente à questão da norma de execução permanente e do plano de segurança, *versus* videovigilância, a resposta é a que eu dei à Sr.<sup>a</sup> Deputada do PS.

Quanto à salvaguarda das condições físicas dos Paióis Nacionais de Tancos, concretamente, o que é que o Sr. Deputado pretendia relativamente à última pergunta que era: a UAGME salvaguarda as condições físicas dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. **Álvaro Castello-Branco**: — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a sua pergunta não fica registada a menos que...

O Sr. **Álvaro Castello-Branco**: — O que gostaria de perguntar é se não deveria ter havido uma maior exigência nessas condições de salvaguarda.

O Sr. Cor. Mat. **José de Luís Sousa Pires**: — Sr. Deputado, a exigência existe sempre, no entanto, a Unidade tem um determinado orçamentos e só consegue fazer determinadas intervenções de acordo com o orçamento que tem. A partir daí, cabe-lhe informar e dar conhecimento da situação superiormente.

Relativamente à desmatação, esta foi iniciada antes de eu ter tomado posse, pelo anterior comandante, que solicitou o apoio do Regimento de

Engenharia n.º 1 para essa intervenção. Dei continuidade para terminar a desmatção à área dos paióis de Tancos, durante o ano de 2015.

Relativamente a 2016, pedi também uma intervenção ao Regimento de Engenharia n.º 1 não para fazer a desmatção dos Paióis Nacionais de Tancos, porque, à data, ainda não necessitavam dela, mas para fazerem a desmatção de um terreno anexo às instalações da UAGME. E o Regimento de Engenharia n.º 1 intervencionou também essa área.

Relativamente às deficiências, se foram comunicadas superiormente, foram. Estão todas comunicadas superiormente.

Quanto à autonomia da UAGME para reparar a vedação, os valores para a reparação de uma vedação eram muito elevados e a UAGME não tinha orçamento para a fazer. Contudo, constava do plano de obras que todos os anos é elaborado e é proposto superiormente. Tanto que essa intervenção na vedação começou a ser feita, se não me engano, já eu não estava na UAGME e não sei precisar a data concreta, ou no final de 2016 ou início de 2017.

De quem é a responsabilidade de aquilo que corre mal? Se for numa Unidade, a responsabilidade é sempre do comandante.

**O Sr. Álvaro Castello-Branco:** — Mas são quatro Unidades!

**O Sr. Cor. Mat. José de Luís Sousa Pires:** — Em cada uma das Unidades, a responsabilidade é sempre do comandante.

Não sei se respondi a todas as perguntas.

**O Sr. Álvaro Castello-Branco:** — Sr. Coronel, com certeza que sim, que respondeu a todas as perguntas. Só fiquei com uma dúvida: se havia quatro Unidades e cada Unidade responde ao comando da sua Unidade, a quem respondem as quatro Unidades?

O Sr. Cor. Mat. **José de Luís Sousa Pires**: — O comandante de uma Unidade é responsável pela sua Unidade. Há uma entidade coordenadora, neste caso, da segurança, que era a BRR (Brigada de Reação Rápida) que também tem a sua responsabilidade. Portanto, o comandante da BRR é responsável pela Brigada e, depois, difunde as suas diretivas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada do PSD, o pessoal era sempre o mesmo nos Paióis Nacionais de Tancos. O pessoal afeto aos Paióis Nacionais de Tancos era sempre o mesmo. Eram três civis e um sargento, que era o comandante do destacamento. Quando havia necessidade de algum reforço, a UAGME...

As férias e faltas eram geridas com os funcionários civis que lá estavam. Esses funcionários civis eram os únicos que estavam autorizados a permanecer nos Paióis Nacionais de Tancos. Se houvesse necessidade de algum reforço para paletizar algum material das MEAF esse reforço poderia vir e vinha da UAGME. Era assim que se processava.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — E o comandante mudava?

O Sr. Cor. Mat. **José de Luís Sousa Pires**: — Não, o sargento era sempre o mesmo. É o comandante de destacamento. Durante o meu período de vigência na UAGME, foi sempre o mesmo sargento.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Só era substituído nas férias, por isso não poderia rodar com os civis?

O Sr. Cor. Mat. **José de Luís Sousa Pires**: — Sim, havia um período de férias em que era substituído, sim, mas em termos de responsabilidade era...

*Vozes impercetíveis.*

Relativamente ao motivo de terem sido assaltados os paióis do Regimento de Engenharia n.º 1 e não os da UAGME, desconheço o motivo. Aconteceu. Agora não posso dizer que não poderia ter acontecido aos da UAGME. Aconteceu naqueles, agora, o motivo desconheço-o.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Seria pelo material que estava lá dentro?

O Sr. Cor. Mat. **José de Luís Sousa Pires**: — Não tenho informação para lhe responder porque os paióis da UAGME também têm o mesmo tipo de material.

Relativamente à transferência do material, essa foi uma decisão tomada, à data, superiormente e foi a solução encontrada para salvaguardar a situação do material que estava, naquele momento, em Tancos. Então, foi entendido, superiormente, que se procedia a transferência de todo o material. E foi isso que foi feito.

Aquilo que posso também dizer aqui é que do material foi transferido, como os Srs. Deputados sabem, para Santa Margarida, Alcochete e Marco do Grilo, o inventário estava todo certo — estou a falar dos paióis afetos à UAGME. Portanto, não houve nenhuma discrepância do material.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosinha, pergunta-me se considero que o furto poderia ter sido evitado, independentemente da ausência dos meios. É uma pergunta difícil de responder, porque todos os meios que nós afetamos à segurança e todos os meios complementares vão sempre beneficiar essa situação. Agora, se podia ter sido evitado ou não, não sei.

Quanto ao nível de responsabilidade dos paióis do Regimento de Engenharia n.º 1 ou dos paióis da UAGME, como acabei de responder ao Sr.

Deputado do CDS, os paióis do Regimento de Engenharia n.º 1 estavam à sua responsabilidade.

Os paióis da UAGME eram da responsabilidade da UAGME. A diferença é que os paióis da UAGME têm armazenadas munições que ainda não foram distribuídas pelas Unidades. Aquilo que está armazenado nos paióis do Regimento de Engenharia n.º 1 e do Regimento de Paraquedistas, que estavam no mesmo recinto, era material que já tinha sido fornecido, com a tal ordem de fornecimento que expliquei, no início, àquelas Unidades.

A partir daí, esse material fica à responsabilidade dessas Unidades, que, no seguimento da utilização, vão fazendo declaração de consumo de munições. Portanto, vão informando o Comando da Logística do consumo daquilo que vão fazendo. A responsabilidade é dessas Unidades, tal e qual como os paióis que existem noutras Unidades pelo País. É material que é fornecido e que fica à responsabilidade da Unidade.

Centralmente, o Comando da Logística tem o controlo dessas cargas, sabe o que é que está nesses paióis, mas a responsabilidade sobre a gestão daquelas MEAF que estão nesses paióis é da Unidade, quer em termos de inventário, quer em termos de controlo.

Não sei se respondi a todas as perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo.

Cumpre-me agradecer ao Sr. Coronel Sousa Pires os esclarecimentos prestados às questões colocadas pelas Sr.<sup>as</sup> e pelos Srs. Deputados e, antes de dar por encerrada a reunião de hoje, recordo que amanhã ouviremos o Sr. Coronel Amorim Ribeiro, cujo depoimento se iniciará a instâncias do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sr. Coronel, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito obrigado, está encerrada a reunião.

*Eram 18 horas e 59 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.